

# MPF pode ingressar com ação contra obra da Treze

Mário Souza



A decisão de ingressar com uma ação na Justiça Federal foi tomada após reunião com representantes de diversos órgãos

**Procuradores federais aguardam laudo sobre impacto ambiental da obra de contenção do avanço do mar. Procurador-geral Carlos Pinna defende urgência na execução dos trabalhos**

■ O Ministério Público Federal - MPF - aguardará a conclusão do Estudo de Impacto Ambiental - EIA/Rima -, que está sendo elaborado pelo próprio Ministério, para decidir se ingressará com uma ação na Justiça Federal exigindo o licenciamento ambiental da obra de contenção do avanço do mar na Avenida Beira-mar. A decisão foi tomada após reunião com

representantes de diversos órgãos estaduais e municipais, ocorrida na semana passada.

Durante o encontro, a Superintendência do Patrimônio da União - SPU - e a Advocacia-Geral da União - AGU - mantiveram o posicionamento

A Superintendência do Patrimônio da União - SPU - e a Advocacia-Geral da União - AGU - mantiveram o posicionamento de que qualquer intervenção na área deve ser discutida na Justiça Federal

de que qualquer intervenção na área deve ser discutida na Justiça Federal. Para os representantes desses órgãos, o Rio Sergipe é de interesse da União e a área é formada por terrenos de Marinha.

Carlos Pinna, procurador-geral do Município, garantiu que a obra está concentrada na área do Rio Poxim. "O Rio Sergipe não será afetado e nem mesmo o Poxim. A Prefeitura contratou empresas para fazer os estudos e eles serão feitos paralelamente à obra. O que nós estamos tentando deixar claro é a necessidade da intervenção em caráter de urgência", disse.

O procurador-geral afirmou ainda que está confiante de que o MPF não irá barrar a obra. "Reunimos um arsenal de informações e laudos técnicos que comprovam a

urgência da realização e conclusão da obra", enfatizou. Todos os detalhes do projeto e da situação do local foram apresentados ao MPF pela Procuradoria Geral, que recebeu ainda a informação de que o EIA/Rima já foi contratado e está em fase de elaboração.

Participaram do encontro, além dessas instituições, o Ministério Público do Estado - MPE -, a Secretaria do Meio Ambiente de Aracaju - Sema -, Empresa Municipal de Obras e Urbanização - Emurb -, a Administração Estadual do Meio Ambiente - Adema - e os técnicos da empresa Geotec, contratada pelo Município para executar a obra, e da Ambientec, responsável EIA/Rima. ■